



PESQUISAS DE EVASÃO DISCENTE NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A FACETA IDEOLÓGICA.

EDUARDO FRANCISCO FERNANDES

UFSC

eduardo.labtrans@gmail.com

CARLA SANTANA

UFSC

carla.ufsc@gmail.com

DANIELA VOGEL

UFSC

danielavogel@hotmail.com

CLÁUDIA PRIM CORRÊA

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

claudia.primcorrea@gmail.com

RESUMO

Este estudo busca a confecção de um ensaio teórico cujo objetivo é refletir sobre a faceta ideológica nas pesquisas de evasão discente no campo da administração Universitária no Brasil. Dentre os resultados obtidos, percebe-se forte atuação do poder ideológico no campo da pesquisa científica na qual a manipulação das ideias, distorção de informações, condicionam a uma interpretação do fenômeno de estudo paralelo aos interesses do sistema capitalista dominante, vinculado a perspectiva de melhoria do desempenho a qualquer custo e melhores posições competitivas. Ilustra-se a faceta ideológica, por meio da pesquisa da evasão discente, no qual é perceptível a desvirtuação das informações levando a uma interpretação negativa do fenômeno, com forte apelo para redução desta ocorrência, por meio de estratégias de retenção colocando em destaque os benefícios ao sistema e a própria sociedade, porém, ocultando, problemas como, por exemplo, a perda de satisfação e realização pessoal do estudante.

Palavras chave: Evasão Discente; Ideologia; Manipulação.

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) atualmente estão em forte e acelerado processo de transformação, enfrentando distintos problemas em relação a sua natureza, porém que se refletem ser similares considerando o contexto das instituições. Entre eles, é possível exemplificar o elevado custo do ensino superior; necessidade de flexibilidade na organização curricular, a fim de preparar os estudantes e atender as exigências mercadológicas; a pressão paradoxal que se manifesta entre alta capacitação para o mercado; ensino na instituição e especialização no desenvolvimento da pesquisa; pressão para a colaboração no desenvolvimento tecnológico; desenvolvimento de áreas de colaboração interdisciplinar, tanto no ensino como na pesquisa. Nesse contexto, é dever da Universidade investir para seu desenvolvimento, se atualizar e assim atender as exigências competitivas, bem como oferecer um ensino de alta qualidade (PACHECO, 2010).

Esse contexto aliado a crescente ampliação de matrículas no ensino público, tem ensejado inúmeras e diferentes pesquisas no âmbito da gestão universitária buscando melhorar a eficiência dos processos, qualidade do ensino, redução de custos, participação competitiva, entre outros objetivos. Nesse sentido, os estudos de evasão discente no campo científico, principalmente em cursos de graduação de universidades e instituições de ensino superior tem sido cada vez mais frequentes, com objetivo de identificar causas de evasão e assim investir em estratégias para maximizar a permanência dos acadêmicos até a conclusão do curso.

Observam-se estudos em todas as áreas de conhecimento, diversificando-se desde as ciências exatas, com pesquisas nos cursos de matemática, física, estatística, engenharias, como pesquisas nas ciências sociais, no âmbito da administração, serviço social, sociologia, ciência política, antropologia, assim como nas ciências biológicas nas áreas de biologia de sistemas, fisiologia, ecologia, biotecnologia, por exemplo.

A importância sobre o tema e sua consequência em desenvolvimento de pesquisas não fica exclusiva as instituições de ensino, por exemplo, na iniciativa do Ministério da Educação no desenvolvimento de uma Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras a partir de discussões de avaliação institucional, definido pelos indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) em 1996. Também, na ação do Ministério de educação em 2013, por meio da SETEC/MEC, na qual publicou a portaria nº 39/2013 objetivando criar grupo de trabalho para analisar evasão e retenção em institutos tecnológicos. Ou ainda pelo relatório desenvolvido pelo Ministério da Educação em 2014 no qual se constitui um documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (BRASIL, 2014).

Os motivos estimuladores de tal atenção na temática são diversos. É possível classificar as causas da evasão em três dimensões: estudantes; cursos e instituições; dimensão conjuntural (variáveis socioculturais e econômicas), relacionada ao mercado de trabalho, ao reconhecimento social, qualidade do ensino, políticas governamentais (BRASIL, 2014).

Trata-se de um problema que vem preocupando as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares, pois a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas. Entre os motivos que originam a evasão sendo necessárias ações para mitigá-la estão a falta de recursos financeiros do estudante, expectativas do aluno em relação ao curso, dificuldades na adaptação cultural do meio, deficiências pedagógicas (BAGGI; LOPES, 2011).

Outra preocupação são os elevados resultados dos indicadores para o índice de evasão. “Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo” (BRASIL, 2013, P.11).

No âmbito da educação a distância não é diferente, há forte preocupação com os elevados índices de evasão. Nesse aspecto, fatores herdados do modelo presencial constituem grandes motivadores da ocorrência de evasão discente. Além disso, a falta de contato direto com professores, colegas e tutores contribuem para o abandono do curso (PACHECO; NAKAYAMA; RISSI, 2015).

Nesse sentido, torna-se importante “compreender a contenção da evasão escolar como uma política institucional necessária a melhoria da qualidade educativa” (BRASIL, 2014, p. 17). A expansão e a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica faz com que se amplie o atendimento e oferta de vagas, contudo, torna-se necessário atentar sobre a qualidade do ensino, para o bom atendimento à diversidade e garantir a permanência e o êxito dos estudantes no processo educativo (BRASIL 2013, p.14)

Verifica-se um forte consenso na necessidade das pesquisas a respeito da evasão escolar, porém com significativa ênfase no viés dos problemas que a originam e com menção a certos pontos no objetivo de se fazer tais pesquisas como melhor capacitação pessoal e profissional, desenvolvimento intelectual do aluno, desenvolvimento social, ou seja, um enfoque mais humano e social.

Sente-se falta de maior ilustração destes motivos e dos impactos que a redução da evasão pode contribuir às instituições, ou indicadores governamentais. Nesse sentido, busca-se realizar neste estudo um ensaio teórico com objetivo de refletir sobre a faceta ideológica nas pesquisas de evasão discente no campo da administração Universitária no Brasil. Para isso, a partir desses aspectos introdutórios, o presente ensaio estrutura-se em três dimensões para nortear a reflexão, sendo abordado a respeito da ideologia. Posteriormente a pesquisa da evasão no campo universitário e por fim uma reflexão do conteúdo a respeito de pontos abordados ao longo do texto. Cabe evidenciar que não há pretensões de se estabelecer conclusões, mas, principalmente, evidenciar outra vertente dos interesses que motivam tais estudos, os quais não são comumente evidenciados nas pesquisas.

IDEOLOGIA

A partir da década de 1990, os estudos críticos em administração começaram a ganhar espaço no campo dos estudos organizacionais, principalmente com aspectos vinculados a emancipação, sociedade sem dominação, estímulos a reflexão. Verifica-se uma iniciativa principalmente na Inglaterra, no entanto, no Brasil é possível visualizar autores de significativa importância nos estudos críticos como Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta. Tomando como base Tragtenberg, por exemplo, em sua obra Burocracia e ideologia, detecta-se o caráter ideológico das teorias administrativas, com ideias desistoricizadas, permeada de disfarces escamoteando o verdadeiro contexto existente nas relações sociais, no que ele chama de harmonias administrativas, devido a negação, ou manipulação dos conflitos por meio de mecanismos diretos ou indiretos de controle social, que garantem a produtividade e harmonia nas relações direcionadas para a democratização das relações no mundo do trabalho (PAULA, 2008).

Com isso decorre uma questão central para a teoria crítica referente a noção de emancipação no sentido de conhecer todos os aspectos que caracterizam determinado fato, contexto, situação. De acordo com Vieira; Caldas (2006) a base da teoria crítica consiste em analisar claramente como o mundo funciona e, assim, compreender como o mundo poderia ser melhor por meio de suas potencialidades, além de identificar os obstáculos à realização de suas potencialidades.

Pelo fato da verdade se concretizar ao longo da história e ser temporal a teoria crítica não pode ser expressa por um mero conjunto de ideias. O viés crítico está sempre orientado pelo desejo da transformação social e emancipação, questionando a hegemonia do positivismo

no que tange o conhecimento, bem como o mercado em relação a forma de relação social. Importante destacar que no cenário competitivo que constitui o sistema atual, liberdade e igualdade não são conceitos aplicáveis. Sendo assim, a teoria crítica busca analisar o mercado sob o enfoque da emancipação do homem na sociedade, além de manter o comportamento crítico frente a tudo que existe sem aceitar apaticamente o que é posto como real pela concepção hegemônica (VIEIRA; CALDAS, 2006).

Nesse sentido, ressalta-se o estudo da ideologia, cujo poder como instrumento de dominação é tão imponente e subjetivo que pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade. As compensações recebidas mesmo que num contexto de opressão, estimula a tolerância e nessa linha, a mais difícil de todas as formas de libertação, consiste em libertar-nos de nós mesmos (PERSSON, 2016).

Contudo, torna-se importante evidenciar o sentido de interesse para este estudo no que tange o conceito de ideologia, pois segundo Eagleton (1997), há muitas definições a respeito de ideologia e muitas com uma série de significados convenientes, mas que nem sempre são convergentes.

PARA CHAUÍ (2008, P. 108)

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional, para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera a produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como por exemplo, a humanidade, a liberdade, a igualdade, a Nação ou o estado.

Diante disso, podemos compreender a ideologia como uma forma de consciência social que tem implicações práticas, com o propósito de resolver os conflitos, seja em termos de um posicionamento progressista ou conservador nesse contexto de definição no sentido de ser ampla ou neutra, torna-se importante evidenciar dentro do marxismo as duas linhas de interpretação que concebem a ideologia, uma num sentido neutro ou amplo, outra numa concepção crítica ou restrita.

No que tange as noções neutras ou amplas, é exemplificada pela tendência de pensarmos a ideologia em termos de “ismos”, como feminismo, conservadorismo, comunismo. No âmbito dessas concepções neutras, as ideologias são descritas como sistemas de pensamento, crenças, que se referem à ação social ou à prática política, cuja função consiste na manutenção da classe dominante, ou manter o status quo em relação as classes e grupos submissos. Em relação a noções críticas ou restritas, fortalece o espírito de mudança no sentido de evidenciar o oculto e em confronto com as ideologias dominantes as quais normalmente, têm como estratégias, mistificar, falsear, distorcer o real, para que se obtenha sucesso na dominação (PERSSON, 2016).

Cabe ainda evidenciar a respeito da ideologia da competência, com a difusão dos conceitos da administração clássica, sobre tudo a partir de 1930, uma nova percepção começa a se dissipar sobre as relações sociais, vinculada a lógica da eficiência, eficácia, produção em massa e maximização do lucro, acúmulo de capital. Além disso, a união da organização racional do trabalho, com a gerência científica (divisão entre gestores e subordinados), a

presença da ciência e da tecnologia no processo produtivo e no trabalho intelectual, verifica-se uma divisão de classes “entre os que possuem poder porque possuem saber e os que não possuem poder porque não possuem saber” (CHAUÍ, 2008, p. 105).

Nesse sentido a ideologia da competência realiza a dominação pelo prestígio e poder das ideias consideradas científicas e tecnológicas. E assim o discurso competente é realizado por aquele que ocupa posições de destaque na sociedade, no ambiente organizacional. Sob estes enfoques, verifica-se que no sistema capitalista o discurso da organização afirma que só existe racionalidade nas leis do mercado, o discurso do especialista que só há felicidade na competição e no sucesso de quem vence a competição. Nesse sentido, a Ideologia da competência ilustra que somente a competência no trabalho assegura felicidade, realização. Outro exemplo é a busca do diploma universitário a qualquer preço, por se tratar de uma exigência mercadológica na contratação, além de conferir um status de competência (CHAUÍ, 2008).

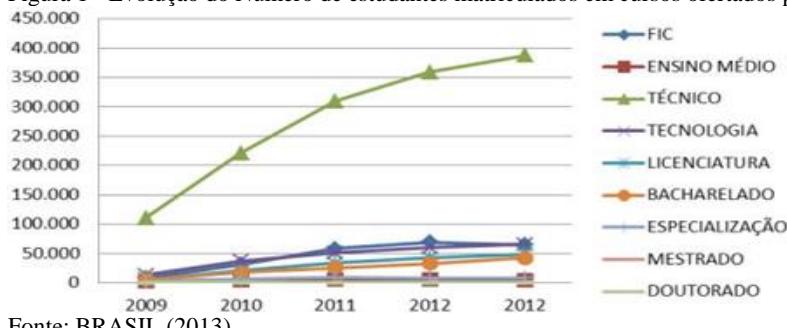
É nesse contexto mercadológico, competitivo que vivemos e agimos, muitas vezes submersos em um mar de ideologia. E por isso torna-se importante atenção a crítica da ideologia, que consiste em preencher as lacunas e evidenciar os fatores ocultos do discurso ideológico. Assim é possível ver o que está escondido e estimular a ação frente a exploração econômica, desigualdade social, dominação política e exclusão cultural (CHAUÍ, 2008).

Nessa perspectiva também que ocorrem as pesquisas universitárias, sendo importante atentar as verdadeiras intenções para não se iludir com os benefícios que possuem maior, ou única, exposição e, por conseguinte, conhecer por completo todas as perspectivas envolvidas. A seguir discorre-se sobre o campo da pesquisa, com enfoque nos estudos sobre evasão discente.

EVASÃO SOB OLHAR DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA

O aumento quantitativo do número de vagas na educação no que tange o ensino público e particular foi considerável nos últimos anos. Na figura 1 é possível observar a evolução do número de matrículas na rede federal de ensino.

Figura 1 - Evolução do Número de estudantes matriculados em cursos ofertados pela Rede Federal de 2009 a 2013



Fonte: BRASIL (2013).

Nesse contexto, ampliam-se as pesquisas no âmbito da educação, principalmente do nível superior, objetivando melhorar os indicadores de desempenho institucional. A reestruturação organizacional das universidades tem atraído atenção de diversos pesquisadores ao longo das últimas décadas em virtude da necessidade de investimentos no setor da educação visto que os demais setores da sociedade, seja, político, econômico, social, acaba sendo afetado pelas deficiências na área da educação (FREITAS JÚNIOR *et. al.*, 2015).

A educação superior apresenta atividades complexas, relacionadas com valores éticos, epistêmicos, políticos, sociais, econômicos e culturais, e nesse contexto organizações hegemônicas moldam um sistema no campo científico no qual consiste em um Estado

avaliador, que organiza a avaliação muito mais como instrumento de regulação, o que extrapola sua dimensão burocrática-legalista de controle, modelação, ajustamento e fiscalização (BAGGI; LOPES, 2011)

E nesse espectro de pressão para resultados de excelência e constante melhoria do desempenho, percebe-se forte investimento em ferramentas como Gestão da Qualidade Total, Reengenharia, *Benchmarking*, Planejamento Estratégico, Gestão do Conhecimento, Sistemas de Custeio — ABC, *Balanced Scorecard* – BSC, entre outras com suporte da Tecnologia da Informação (TI). Ações empreendidas na busca da maximização da competitividade, qualidade e, principalmente, produtividade (FREITAS JÚNIOR *et. al.*, 2015).

Essa estrutura reflete a forma dominante de organização social: o mercado o qual é regido pela lógica da troca, determinando valores, transformando tudo em produto e objeto de troca, inserindo valor de troca em tudo (VIEIRA; CALDAS, 2006).

Alcadipani (2011) evidencia que nessa perspectiva os pressupostos gerencialistas começam a tomar conta com princípios que caracterizam acumular capital, maximizar a produção, desenvolver processos eficientes, otimizar o uso de recursos, reduzir custos, ampliar a participação de mercado, intensificar a lucratividade.

Nessa linha o gerencialismo se constitui como modelo corporativo ideal, o qual é permeado pela ideologia gerencial, contudo, solidifica-se como a maneira de se fazer gestão. Essência disseminada a organizações de todos os tipos, culminando em forte necessidade de eficiência e eficácia, bem como avaliação constante de trabalhadores para melhores resultados. A gestão passou a ser vista como a única forma correta de se fazer administração. E nessa linha o gerencialismo ultrapassa a fronteira empresarial e corporativa ampliando sua participação em inúmeras esferas de nossa vida cotidiana, sendo modelo em hospitais, ONGs, organizações filantrópicas, religiosas e até mesmo escolas e universidades estas por sua vez, com impacto direto no processo de produzir conhecimento, com foco na maximização da produção (ALCADIPANI, 2011).

O autor complementa que a invasão da lógica gerencial nas organizações educacionais está gerando um habitat bastante inóspito, mediada por avaliações de desempenho de professores, planos de carreira próximos aos de empresas, alunos vistos como clientes e cursos como produtos. Nesse contexto, intensificam as práticas da meritocracia onde professores são premiados ou punidos com base na satisfação dos clientes.

Além disso, a necessidade de quantificação da produção a fim de atender requisitos mercadológicos e se destacar na competição onde o trabalho de pesquisa tem sido medido pela quantidade de pontos que o pesquisador consegue fazer ao ano. E para sobreviver nesse sistema não são raras ações do tipo: assinar artigos sem ler ou coagir orientandos a inserir o nome de orientadores em trabalhos, consolidando de fato uma lógica produtivista, deixando de lado valores e colocando em xeque o verdadeiro interesse pela seriedade da pesquisa científica (ALCADIPANI, 2011).

E assim despertando dúvidas na busca por parte dos pesquisadores a respeito daquilo que Merton (1996), na discussão sobre o *ethos* da ciência, caracteriza como universalismo, comunalismo, desinteresse, ceticismo organizado, em virtude da produção desenfreada, sem preocupar-se com qualidade, mas sim quantidade e buscando atingir as metas de mercado a qualquer custo.

Prosseguindo neste contexto, o ambiente universitário é atingido fortemente pelos pressupostos gerencialistas e na necessidade de atender a lógica mercadológica do desempenho uma das temáticas de forte atenção trata-se da pesquisa a respeito da evasão discente. A pesquisa sobre evasão nas universidades brasileiras adquiriu forte importância no âmbito da educação superior principalmente devido a duas crises: a crise de modelo e a crise gerencial (RISTOFF, 1999).

As pesquisas realizadas a respeito do tema, ilustram distintas interpretações a respeito de sua definição. Esta falta de consenso, reflete interpretações como: evasão anual média, que mede a porcentagem dos alunos matriculados em um curso ou instituição, que no ano seguinte não se matricularão; evasão total, consolidando o número de alunos matriculados que não concluíram o curso, após o seu período de oferecimento regular (PACHECO, 2010).

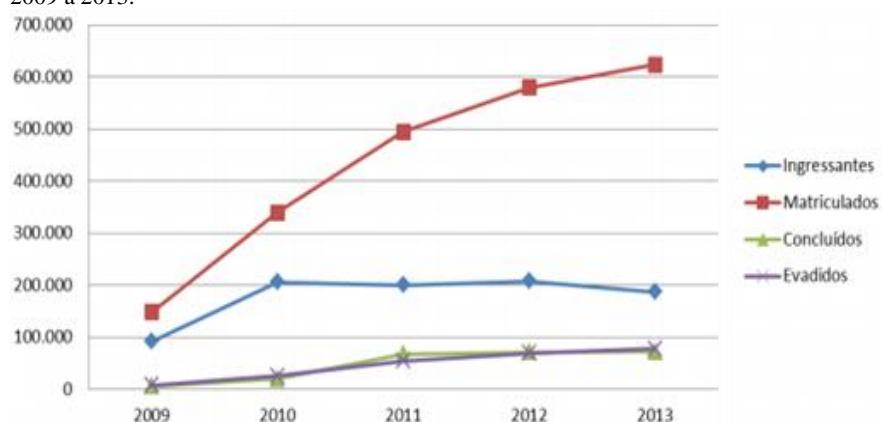
O conceito de evasão pode ser definido como a interrupção do aluno no ciclo do curso. Para isso, o estudante pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso. A saída definitiva do aluno de seu curso de antes da conclusão é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é o desligamento da instituição onde o aluno possui matrícula (BRASIL, 2014).

Considerando que a evasão escolar, entendida como interrupção no ciclo de estudos, deve ser vista como um fenômeno complexo e não um problema comum, uma vez que compromete o efetivo do direito à educação de qualidade para todos, não só isso, mas por ocorrer num ambiente no qual existem diferentes interesses, diversificação financeira e cultural, distintos níveis intelectuais, diferentes valores, aspectos subjetivos que caracterizam a complexidade da evasão (BRASIL, 2013).

Nesse sentido a evasão é resultado de uma decisão do aluno motivada pela combinação de fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), quer seja a necessidade precoce de ingresso no mercado de trabalho, ou as dificuldades encontradas em razão das condições desfavoráveis de currículo escolar, professores e organização. Isso implica articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado. As vezes socioeconomicamente vulnerável, egresso de sistemas públicos de ensino com baixo índice de desenvolvimento educacional. Assim, reforça-se a necessidade de implementação de planos estratégicos de superação desses fenômenos a fim de identificar às causas da evasão e fomentar a retenção, por meio de políticas institucionais e a adoção de ações administrativas e pedagógicas que contribuam para a redução ou extermínio da evasão (BAGGI; LOPES, 2011).

A evasão é um problema que precisa ser eliminado por se constituir numa perda de recurso investido que não se consegue recuperar. Nas instituições públicas pode refletir até mesmo em má aplicação do erário visto que existe espaço de ensino, estrutura completa e atualizada e capacidade ociosa que poderia servir para formação intelectual e profissional de indivíduos, consequentemente em melhores resultados na economia e na própria interação social do indivíduo (BRASIL, 2013). Na figura 2 é possível observar o impacto que a evasão configura no contexto educacional:

Figura 2 - Evolução do número de ingressos, matriculados concluídos e evadidos em cursos ofertados pela Rede Federal de 2009 a 2013.



Fonte: BRASIL (2013).

Como visto é significativo os casos de abandono, assim a pesquisa sobre o problema da evasão discente enseja um enfoque principalmente em relação as causas que fomentam esse fenômeno, a fim de minimizar o número de abandono no ensino superior. Isso poderia auxiliar em constante avaliação, principalmente na interação com a comunidade, por meio da qualidade do ensino-aprendizagem e da sua responsabilidade com a sociedade de forma a diminuir os desperdícios para gerar assim o desenvolvimento socioeconômico do país (PACHECO, NAKAYAMA, RISSI, 2015)

Apesar das evidencias que os indicadores sobre a evasão discente normalmente conduzem a interpretar, Ristoff (1999) apresenta preocupação referente as comparações feitas entre as universidades, pois muitas utilizam métodos diferentes de cálculos. O autor ainda evidencia que a comparação por meio de índices nacionais ou regionais não é precisa, tornando os dados inúteis para fins gerenciais em virtude das especificidades de cada unidade de análise. Além disso o autor complementa com algumas reflexões no que tange a evasão:

- a) Deve ser tratada no contexto da avaliação Institucional. Porém, como índice isolado, certamente servirá apenas para produzir uma imagem distorcida e falsa da eficiência e da eficácia de uma instituição educacional;
- b) Um percentual significativo do que é tido como evasão trata-se da mobilidade natural e própria dos seres humanos sendo incorreto registrar tal evento como fracasso ou insucesso;
- c) Evasão não é sinônimo de desperdício. A educação recebida é algo que nunca se perde. O conhecimento adquirido, se dissemina, se repassa, traz consequências, é útil, ou seja, acaba sendo aplicado na sociedade, no ambiente profissional, consequentemente não se refletindo em perda e sim investimento social;
- d) Evasão é, na maioria das vezes, resultado da manifestação inteligente dos indivíduos e não necessariamente problema interno das universidades. Abandonar cursos que não condizem com interesse profissional é uma escolha de felicidade e a busca do prazer. Nesse contexto é mais compatível um problema que nos remete à política educacional para o primeiro e segundo graus em virtude de falta de orientação profissional, por exemplo;

O que se observa, é um crescente interesse e concentração de esforços com o objetivo de elevar o desempenho das Instituições de Ensino Superior a qualquer custo sob o enfoque do modelo gerencialista,

Três razões podem ser identificadas como decorrentes dessa tendência: 1) o grande o volume de recursos utilizados por essas instituições; 2) as políticas públicas que objetivam adaptar o sistema de Ensino Superior às necessidades econômicas e sociais da nação; e 3) a crescente competição entre as universidades, em especial no setor privado, com a entrada nesse mercado das universidades empresariais (MEYER JUNIOR; LOPES. 2015. p.44).

Contudo, em contraponto a vertente gerencialista, cabe evidenciar que a administração e o desempenho nas organizações universitárias não estão direta e necessariamente relacionados. O sucesso das universidades ocorre principalmente pela falta de uma boa administração, ou seja, uma melhoria na administração significaria uma perda da eficácia organizacional (BIRNBAUM,2000).

Em complemento, Simon (1967), afirma, paradoxalmente, que as instituições de Ensino Superior formam profissionais e são dirigidas por amadores pelo fato dos critérios de seleção muitas vezes constituir fatores políticos e subjetivos. Os administradores universitários, desconhecem ou não se atêm às peculiaridades das universidades em seu aspecto gerencial. E assim, acabam por manifestar duas consequências, não aplicam o conjunto de pressupostos que caracterizariam uma ciência; segundo, por recorrer as soluções oriundas do setor empresarial pertinentes a outro contexto.

O uso dos modismos no âmbito acadêmico, estimula o interesse na quantificação e assim se algo não pode ser medido, não pode ter valor (BIRNBAUM, 2000). Contudo, é necessário que se tenha consciência de que as relações ou os fenômenos indicados por esses modelos matemáticos buscam efetuar uma representação da sociedade, mas com possíveis erros que direcionam a uma interpretação.

A administração é vista como uma manifestação da racionalidade, no entanto, as universidades, por suas especificidades, requerem abordagens com sensibilidade para reunir e utilizar seus diversos recursos, de forma criativa e inovadora, sabendo equilibrar o uso da razão, reconhecidamente limitado, com aspectos subjetivos, como a intuição e valores éticos fortemente presentes nas ações humanas (MEYER JUNIOR, 2015).

Em virtude da influência do modelo gerencialista, conduzindo, mesmo que de forma subjetiva, a interpretação dos fenômenos de estudo, por meio do viés, hegemônico, despertam a preocupação em buscar compreender todas as faces do que se está em estudo, a fim de compreender melhor a respeito dos resultados, as dimensões sociais que são afetadas, e evitar considerações inadequadas, baseadas na percepção do modelo hegemônico. Nessa perspectiva, descreve-se a seguir algumas reflexões sobre o assunto buscando ilustrar vertentes ocultadas na forma padrão de análise.

REFLEXÕES

Ao refletir sobre o tema evasão a luz da teoria crítica e dos pressupostos de ideologia, percebe-se o poder de manipulação que o modelo atual de gestão do sistema capitalista, confere a um fenômeno em estudo. A noção de emancipação no sentido de conhecer todos os aspectos que caracterizam certo elemento de estudo ou determinada situação, contribui na reflexão deste e de qualquer outro tema, desmantelando a estrutura de escamoteamento criada de forma a conduzir a uma interpretação do fenômeno que mais se aproxima do interesse do modelo hegemônico, cujo objetivo consiste em amenizar conflitos, evitar questionamentos e contribuir para que os envolvidos não economizem nos elogios ao sistema em relação as suas contribuições.

A atuação contemporânea no contexto da sociedade capitalista condiciona a um comportamento alienado sob a ótica de princípios e valores do mercado. No que tange a pesquisa científica, o cerne de seu objetivo foi corroído pelo sistema dominante, o qual impõe o princípio da competição, da produção em massa, da meritocracia. Destaca-se àquele que consegue produzir mais, consegue acumular mais pontos e nessa linha, muitas vezes deixa-se de lado a paixão pela pesquisa, a busca da transformação e desenvolvimento social, a fim de não sucumbir no atual sistema. É preciso enfrentar tal modelo de organização, objetivando recuperar o senso de produção de pesquisa de qualidade, que possa contribuir para ultrapassar as fronteiras do conhecimento, inovar, promover o desenvolvimento humanitário e visando o bem comum.

Com foco na questão da evasão o poder ideológico é presente de distintas maneiras, primeiro ao ressaltar pontos negativos que a evasão pode conferir as instituições de ensino. E nesse viés torna-se evidente a concepção distorcida a respeito do tema, mediante reflexão sobre o assunto. Pesquisas em sua maioria ilustram a opinião de forma, muitas vezes, alienada

sobre o tema, na qual apenas uma vertente é explicitada, sendo esta compatível com o modelo gerencialista e por sua vez submersa de ideologia visando à manutenção deste modelo. Ou seja, intensa abordagem do elevado custo que se possui na instituição ou determinado urso em virtude dos altos índices de evasão, desperdício de recursos físicos, financeiros, intelectuais, ênfase em indicadores como forma de comparar a eficiência do ensino e a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas de retenção, esses são alguns exemplos de interpretação alienada seguindo os parâmetros gerencialista.

Aliado a essa perspectiva, trabalha-se fortemente a respeito da necessidade de agir sobre essa “ferida”, como meio estratégico de se obter vantagem competitiva, por meio de uma estrutura de ensino com mais qualidade, consequentemente benefício aos alunos envolvidos no processo de retenção e a própria sociedade, em virtude da formação de cidadãos competentes, capacitados, prontos para auxiliar no desenvolvimento social e contribuir para o desenvolvimento econômico. Contudo, a manipulação das ideias também é presente e reside na busca de melhoria do desempenho, melhores indicadores de conclusão e redução dos níveis de abandono a qualquer custo, mesmo que isso implique na infelicidade do aluno em cursar de forma alienada, ou sob uma pressão velada, um curso de 2 ou 4 anos de duração sem que ao final, o mesmo não atue na área de formação. Ocorre a busca de melhores desempenhos institucionais, para atender posições melhores em rankings em detrimento do prazer e realização pessoal daqueles que usufruem do serviço.

No que tange a questão dos custos, desperdícios de materiais, o que acontece com o cidadão que recebeu determinada qualificação em um curso e por uma escolha pessoal mudou para outro curso? A carga cognitiva é formatada e inicia-se do zero? Não. Ou seja, não há perda, não há desperdício. Há sim um investimento na formação pessoal, social, profissional, o que reflete o oposto ao que é colocado em destaque no sistema dominante, sobre a evasão. É um aprendizado que não se perde e que é rico para o contexto social e profissional do beneficiário.

Em relação aos indicadores, o que realmente é considerado evasão discente? O abandono efetivo dos estudos? Mudança de curso numa mesma instituição? Mudança de Instituição ingressando no mesmo ou outro curso? Trancar matrícula e retornar posteriormente? Existem muitos contextos e na teoria não há um consenso do que é evasão, denotando uma falta de consenso na confecção de indicadores. De toda forma, ao mudar de curso ou instituição, não fica clara a ocorrência de um abandono, mas sim uma continuidade onde ocorre o preenchimento de uma vaga já ociosa e deixa-se outra a disposição não mudando o somatório de ociosidade.

Será que esta forma de atenção específica ao tratamento da evasão está relacionada diretamente a um problema interno das universidades? É a melhor opção o investimento na ampliação da retenção e redução de evasão discente, com intuito de utilizar indicadores como marketing na obtenção de novos clientes? Ações vinculadas antes do ingresso no ensino superior, como orientação vocacional, podem auxiliar num melhor direcionamento na caminhada acadêmica, sem expor a pressão de concluir um curso onde não existe interesse de continuar?

Por fim, este trabalho visa suscitar tais questionamentos e demonstrar o poder ideológico presente na sociedade contemporânea, ilustrando especificamente no contexto das pesquisas sobre evasão discente. Não se trata de um trabalho conclusivo ou de esgotamento do tema, mas uma breve análise com interesse de levantar a necessidade de visão crítica na pesquisa científica e acadêmica, independente de sua natureza, a fim de trabalhar o processo de reflexão, alertar sobre a faceta ideológica nos distintos fenômenos de estudo e contribuir no sentido de tornar explícito todos os aspectos envolvidos, possibilitando autonomia na ação em detrimento de um comportamento alienado às diretrizes do sistema capitalista predominante.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, Rafael. Academia e a Fábrica de Sardinhas. o&s. Salvador, v. 18, n. 57, p. 345-348. Abril/junho - 2011.
- BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: Uma discussão bibliográfica. Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas/SP. v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.
- BIRNBAUM, R. Managing fads in higher education. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2000.
- BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Relatório de Auditoria: auditoria operacional. Fiscalização de orientação centralizada. Rede federal de educação profissional. Necessidade de aprimoramentos nas atuações relacionadas à evasão escolar, à interação com os arranjos produtivos locais e ao apoio à inserção profissional dos alunos. Carência de professores e de profissionais de laboratório. Ausência de instalações físicas adequadas em alguns institutos federais. Recomendações. Determinação. Comunicações. 2013. Disponível em:
<<https://contas.tcu.gov.br/assinatura/Web/Assinatura/AssinaDocumento/ConsultaAssinaturaDocumento.faces?codigo=49315829>>. Acesso em: 07/08/2016.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16423927-Dокументo-orientador-para-a-superacao-da-evasao-e-retencao-na-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica.html>>. Acesso em: 06/08/2016.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- EAGLETON, T. Ideologia: uma Introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- FREITAS JÚNIOR, O. G.; BARROS, P. A. M.; BARBIRATO, J. C. C.; BRAGA, M. M.; CARVALHO, V.D.H. Reestruturando o modelo de universidade pública brasileira para atender aos novos desafios gerenciais. XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI. Mar del Plata – Argentina. 15 p. 02 a 04 de dezembro de 2015.
- MERTON, R. K. The ethos of science. In: MERTON, R. K. On social structure and science. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p. 267-276.
- MEYER JUNIOR, Victor; LOPES, Maria Cecilia Barbosa. Administrando o imensurável: uma crítica às organizações acadêmicas. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 40-51, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.
- PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema universidade aberta Do Brasil: uma teoria fundamentada em Fatos e

na gestão do conhecimento. 298 p. Florianópolis, 2010. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; NAKAYAMA, Marina Keiko; RISSI, Maurício. Evasão e permanência dos estudantes de um curso de Administração a distância do sistema universidade Aberta do Brasil: uma teoria multiparadigmática. *Revista de Ciências da Administração*. v. 17, n. 41, p. 65-81, abril. 2015.

PAULA, Ana Paula Paes de. Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 949-968, set/out. 2008.

PERSSON, Erik. Burocracia, ideologia e gestão social: Uma abordagem crítica à luz da categoria Habermasiana da esfera pública. 281 p. Florianópolis, 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. Universidade em foco: reflexões sobre educação superior. Florianópolis: Insular, 1999

SIMON, H. The job of a college president. *Educational Record*, v. 58, p. 69, 1967.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. *RAE*, v. 46, n. 1, p. 59-70, jan/mar. 2006.